

ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO

Mercado de trabalho

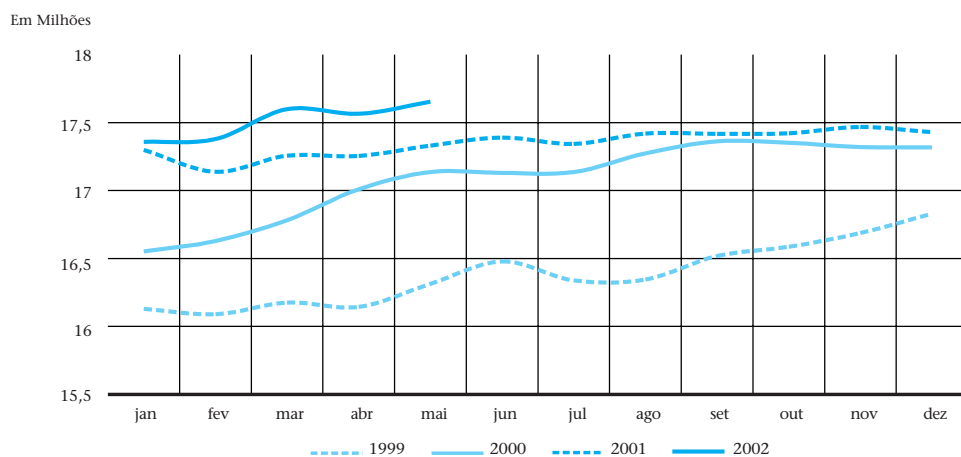
Ao iniciar-se 2002, as perspectivas que se apresentavam para a economia eram em certa medida favoráveis, já que os últimos meses de 2001 haviam sinalizado uma tendência de recuperação do nível de atividades, com uma reversão do quadro de estagnação que havia caracterizado a maior parte do ano. Assim, as primeiras projeções apontavam para 2002 uma variação do PIB da ordem de 4%, sendo essa taxa alcançada a partir de uma evolução gradativa ao longo do ano, com uma pequena retração nos primeiros três meses — em relação a igual período de 2001 — e cerca de 5% de crescimento no último trimestre.

Dessa maneira, guardadas as devidas proporções, as expectativas que esses números geravam para o mercado de trabalho lembravam a situação de um ano atrás — na virada de 2000 para 2001 — quando, após um excepcional desempenho da maioria dos indicadores no ano anterior, se esperava uma continuidade do crescimento da ocupação, da

formalização, queda da taxa de desemprego e recuperação dos rendimentos reais.

Certamente as situações eram bem distintas. No início de 2001 vivia-se um clima de otimismo há muito não registrado, com a idéia de que, após a alteração do padrão cambial e a manutenção dos superávits primários, a economia estava com fundamentos sólidos e finalmente seriam colhidos os frutos dos esforços feitos, com redução das taxas de juros e uma trajetória de vários anos de crescimento sustentado. Este ano, nos primeiros meses — depois da frustração que 2001 trouxe — o clima era de um otimismo cauteloso, decorrente, como mencionado, dos sinais de reação percebidos em novembro e dezembro passados. Com os devidos cuidados, trabalhava-se com a possibilidade de se ter um desempenho razoável do nível de ocupação, algo em torno de 2%, uma ligeira queda da taxa de desemprego e um começo de melhoria dos rendimentos.

GRÁFICO 1
BRASIL METROPOLITANO - NÍVEL DE OCUPAÇÃO (PME/IBGE) — 1999-2002



Contudo, mais uma vez a instabilidade dos fluxos financeiros externos, a despeito do considerável superávit comercial, introduziu, a partir de maio, um elemento perturbador nesse cenário. Com dificuldades pelo lado do consumo (estagnação dos rendimentos, persistência de juros elevados), o nível de atividades passa a refletir muito rapidamente as alterações das expectativas empresariais, as quais — num contexto de grande volatilidade da taxa de câmbio — têm a tendência a entrar em compasso de espera. Quanto ao mercado de trabalho, os resultados alcançados nos primeiros cinco meses do ano, embora não confirmem integralmente as expectativas iniciais, não deixam, por outro lado, de sustentar a idéia de que, no que se refere à principal variável, o nível de ocupação, vem havendo uma resposta satisfatória ao tipo de estímulo que a economia está proporcionando.

Nesse sentido, nas seis regiões cobertas pela Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, a ocupação média em janeiro-maio deste ano situou-se num patamar cerca de 1,5% maior que o verificado em igual período de 2001, sendo que, de março a maio, a variação média — em comparação aos mesmos meses do ano passado — foi da ordem de 1,9%, confirmando a noção de que se o nível de atividades tiver um desempenho favorável mais definido, os resultados para o mercado de trabalho poderão ser realmente significativos.

Em termos dos setores econômicos, considerando-se aqueles cujo mercado de trabalho responde mais diretamente à evolução da economia, o principal destaque positivo verificou-se nos serviços, com um crescimento de 3,8% na média dos primeiros cinco meses do ano, seguido do comércio com 1,8%. Em termos do comportamento ao longo desse período, o comércio mostrou em abril e maio uma nítida desaceleração de suas taxas de variação, em relação aos mesmos meses de 2001, ao passo que o setor de serviços manteve o dinamismo — refletido na média — em praticamente todos os cinco meses. Uma evolução positiva que merece ser destacada ocorreu na administração pública, que teve um acréscimo de postos de trabalho de cerca de 4,5% na média do período.

Na outra ponta, a indústria de transformação apresentou uma queda de 0,8% na média desses meses, com uma variação mês a mês quase uniforme em relação ao ano passado, sendo que a construção civil, destaque negativo com 6,7% de queda, mostrou um processo de recuperação com o passar dos meses, chegando ao seu melhor desempenho em maio, em relação ao verificado em 2001.

No que diz respeito ao comportamento regional da ocupação, os resultados foram bastante desiguais. A região metropolitana que apresentou o melhor número foi a de Recife, com expressivos 3,8% de crescimento. As regiões do Rio de Janeiro (2,6%), Porto Alegre e Belo Horizonte (ambas com 2%) situaram-se em uma posição intermediária, enquanto São Paulo (0,5%) e Salvador (0,2%) mostraram uma variação bem baixa, ainda que positiva. Dessa forma, percebe-se que o resultado do conjunto das seis regiões foi fortemente influenciado pelo ocorrido em São Paulo, dado o seu peso no total, provavelmente, como visto anteriormente, em decorrência da maior importância da indústria no emprego dessa região.

Na medida em que a evolução da economia passou a mostrar sinais de reversão no quadro de relativo otimismo que predominou nos primeiros meses do ano, é importante observar a trajetória mensal que está por trás desses resultados médios do período janeiro-maio, a fim de avaliar se os dados mostram alguma tendência de desaceleração da ocupação. Assim, na comparação com os mesmos meses de 2001, é nítido que o melhor momento ocorreu em março (principalmente) e abril. Com exceção da região metropolitana do Rio de Janeiro, que teve em maio uma variação excepcional (cerca de 4,5%), em todas as demais esse mês mostrou uma expansão menor que nos dois meses anteriores. Embora uma única observação não possa caracterizar tendência alguma, é importante registrar esse movimento, para auxiliar a leitura das informações relativas à ocupação nos próximos meses.

Com relação à taxa de desemprego, o indicador do mercado de trabalho que mais mobiliza as atenções da sociedade, sua análise

deve sempre levar em conta que ele é uma resultante de dois movimentos: aquele que se convencionou denominar como demanda por mão-de-obra, por um lado, e a oferta de trabalho, por outro. A quantidade “demandada” em um dado momento do tempo é expressa pelo nível de ocupação, considerando-se como oferta a População Economicamente Ativa (PEA), que vem a ser a soma da população ocupada com aquela parcela que, desempregada, está procurando uma ocupação.

Como comentado anteriormente, o nível de ocupação, mesmo não estando correspondendo às expectativas induzidas pelos primeiros prognósticos sobre o desempenho da economia, vem tendo uma evolução que pode ser considerada como razoável, apenas um pouco abaixo do crescimento da População em Idade Ativa (PIA). Dessa forma, o comportamento da taxa de desemprego observado nesses primeiros cinco meses, embora suscitando preocupações, encontra na análise da oferta de mão-de-obra as razões para a tendência ascendente apresentada.

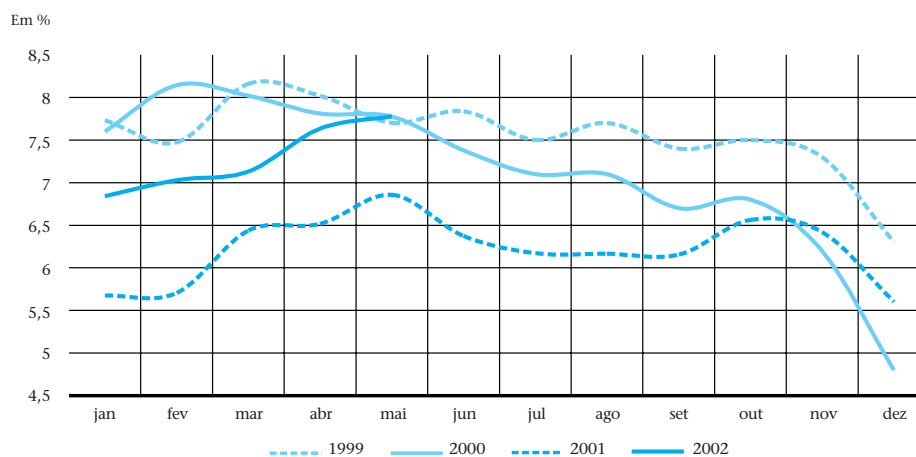
De fato, a evolução da oferta de mão-de-obra nesses primeiros meses de 2002 tem sido determinada por um crescimento da taxa de participação, que passou de 55,9% em dezembro de 2001 para 57,2% em maio último. Esse aumento de 1,3 ponto percentual na taxa de participação significa um acréscimo de cerca de 430 mil pessoas no mercado de trabalho, o que, confrontado com a variação absoluta observada desde dezembro na

ocupação (em torno de 225 mil trabalhadores), implica, por si, um impacto da ordem de 1,1% na taxa de desemprego.

Observando o ocorrido com as regiões metropolitanas, consideradas individualmente, pode-se perceber com nitidez a influência das taxas de participação sobre o comportamento das respectivas taxas de desemprego. A título de ilustração, tomando-se as regiões de São Paulo e Belo Horizonte, tem-se que na primeira, comparando o mês de maio deste ano com maio de 2001, como a ocupação ficou praticamente estável e a taxa de participação também, o crescimento “vegetativo” da PIA foi transferido integralmente para a PEA, fazendo com que a taxa de desemprego desse um salto, passando de 7,1% para 9,2%. Já na região de Belo Horizonte, a mesma estabilidade da ocupação interagiu com uma queda da taxa de participação e o resultado, ao invés de ser uma aceleração da taxa de desemprego, foi um crescimento de menos de meio ponto percentual. Já na região do Rio de Janeiro, como o crescimento de quase 5% verificado na ocupação — que, em princípio, deveria determinar uma queda acentuada da taxa de desemprego — foi acompanhado por um aumento de mais de dois pontos na taxa de participação (crescimento da oferta), a taxa de desemprego resultante foi quase meio ponto maior que a de maio de 2001!

De forma geral, a taxa de participação tem um comportamento que se pode caracteri-

GRÁFICO 2
BRASIL METROPOLITANO - TAXA DE DESEMPREGO (PME/IBGE) — 1999-2002



zar como pró-cíclico, crescendo com o aquecimento da demanda por mão-de-obra e recuando quando esta se retrai. Nesse sentido, um crescimento mais acentuado da taxa de participação, em um período em que a demanda não está tão aquecida, é pouco usual e seu acompanhamento deve merecer um cuidado particular. Isso porque, se vier a acontecer uma queda da ocupação, sua combinação com uma taxa de participação ascendente, “contracíclica”, será explosiva, em termos do impacto sobre as taxas de desemprego.

Quanto à evolução da informalidade, as incertezas da conjuntura parecem ter deixado suas marcas sobre as formas de inserção ocupacional: os vínculos assalariados com carteira assinada tiveram, entre dezembro de 2001 e maio último, um crescimento de 1,1%, ao passo que os informais cresceram a uma taxa de 2,7%. A ocupação por conta própria teve, nessa comparação, um recuo de cerca de 1,5%, idêntico ao observado na média janeiro-maio, em relação ao mesmo período de 2001. A persistência dessa estagnação do número de trabalhadores por conta própria (até mesmo um recuo) pode estar sendo provocada pela queda observada nos rendimentos reais, uma vez que as oportunidades de trabalho desse tipo estão muito ligadas aos rendimentos dos trabalhadores assalariados.

Nesse sentido, considerando a evolução dos rendimentos reais nas seis regiões metropo-

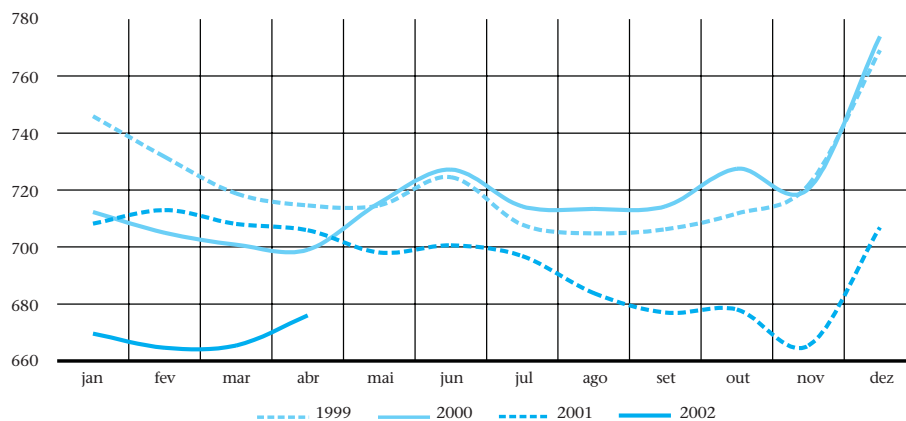
litanas cobertas pela PME, no primeiro quadrimestre¹ de 2002 eles alcançaram um valor médio — R\$668,91, a preços de janeiro de 2000 — significativamente inferior ao do mesmo período de 2001 (R\$ 708,76). O único sinal mais alentador nesse período foi um incremento em abril, que permitiu uma pequena melhoria do quadro estacionário dos três primeiros meses do ano, apesar de, na comparação deste mês com o ocorrido em abril de 2001, ter havido uma queda de aproximadamente 4,2%. Outro importante indicador relacionado aos ganhos do trabalho que apresentou trajetória semelhante foi a massa salarial. O índice referente aos quatro primeiros meses de 2002 foi de 126,5 (com base em julho de 1994 = 100), valor 4,1% inferior ao verificado nos quatro primeiros meses de 2001.

O Gráfico 4 permite uma visualização da trajetória dos rendimentos nos últimos anos. É possível distinguir que a evolução de 2002 se situa em um patamar nitidamente inferior ao dos três anos anteriores, no que refere aos quatro primeiros meses de cada ano. Se por um lado o valor de abril de 2002 pode ser visto como alentador, não se deve perder de vista que em relação aos três anos anteriores, considerados como um todo, ele só é superior ao verificado em novembro de 2001.

1. Os dados de rendimentos são publicados sempre com um mês de defasagem em relação aos de ocupação e desemprego

GRÁFICO 3
BRASIL METROPOLITANO - RENDA REAL MÉDIA (PME/IBGE) — 1999-2002

Em Reais de Jan/2000



A situação desses quatro anos merece destaque porque, do ponto de vista da evolução dos rendimentos do trabalho, pode-se dividir os últimos dez anos, *grosso modo*, em três períodos. O primeiro são os anos que antecederam a aplicação do plano de estabilização monetária, o segundo é aquele compreendido de 1994 até 1998 e o terceiro período é inaugurado com a adoção do câmbio flutuante em 1999. Como pode ser visto no Anexo Estatístico, há uma clara inflexão a partir da adoção do real. A diferença de nível dos rendimentos reais médios entre os anos que antecedem 1995 e o verificado no período que se finda em princípio de 1999 é incontestável. Esse indicador apresentou em 1996, 1997 e 1998 valores muito próximos entre si, no nível mais alto atingido na década. Em 1999 a queda ocorrida foi significativa, apresentando a partir de então valores médios anuais menores ano a ano.

Ainda na questão dos rendimentos, os dados da Tabela A.7.6, no Anexo Estatístico, revelam uma realidade a princípio paradoxal. Quando se comparam as médias anuais dos rendimentos médios reais de cada um dos grupos de escolaridade, percebe-se que em 2001, com exceção do grupo com menos instrução onde ocorre um “empate técnico”, todas as demais foram *inferiores* às aquelas verificadas em 1994, em que pese o rendimento real médio agregado ter sido 5% superior no último ano. A razão de ser para estes resultados aparentemente contraditórios reside na mudança do perfil educacio-

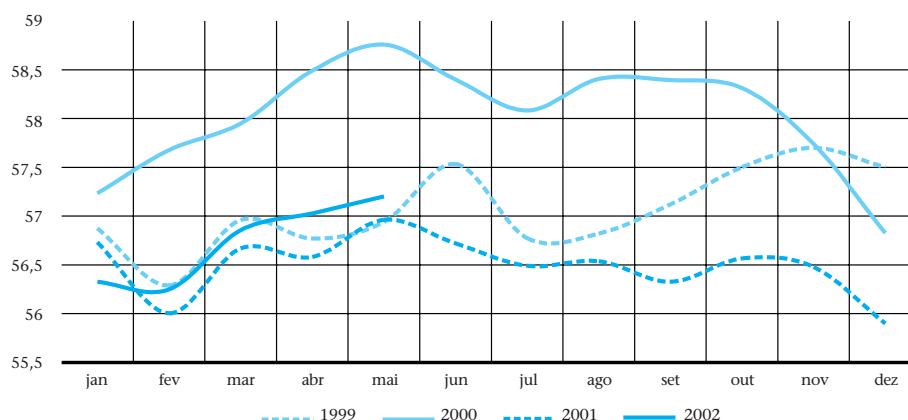
nal da força de trabalho metropolitana ocupada — diminuiu a participação no total dos ocupados do grupo de menor escolaridade, que tem os menores rendimentos reais, e aumentou a dos mais instruídos, gerando assim um efeito composição. Esta mudança é analisada em mais detalhes a seguir.

Escolaridade e ocupação: a diminuição do número de trabalhadores com baixa escolaridade

Uma das tendências da década de 1990 que se confirmou no início do ano de 2002 foi a queda do nível do emprego para o grupo de trabalhadores com 0 a 4 anos completos de instrução: a média dos cinco primeiros meses deste ano foi de 3,73 milhões de pessoas ocupadas com essa faixa de escolaridade, contra 3,97 milhões no mesmo período em 2001, o que implica uma perda absoluta de 160 mil postos de trabalho, em termos líquidos. Em relação à composição da força de trabalho ocupada, o declínio é ainda um pouco mais pronunciado: no início do ano passado esse grupo respondia por 22,6% da ocupação total, participação esta que declinou para 20,8% no início do corrente — uma queda de quase dois pontos percentuais.

A “perda de espaço” dos trabalhadores com pouca escolaridade foi, como antecipado, uma das características marcantes da década de 1990. Conforme ilustrado no Gráfi-

GRÁFICO 4
BRASIL METROPOLITANO - TAXA DE PARTICIPAÇÃO (PME/IBGE) — 1999-2002



co 5,² no intervalo de dez anos que se estende de 1991 a 2001,³ esse grupo perdeu quase dois milhões de postos de trabalho, em um contexto em que foram gerados quase 2,5 milhões de empregos no mercado de trabalho metropolitano.⁴ Por conseguinte, a sua participação na ocupação caiu de forma significativa, passando de 39% na média de 1991 para 22,7% na média de 2001.

O que chama a atenção é que, ao contrário do que poderia ser imaginado em um primeiro momento, esse hiato não se transformou em um crescimento de monta na taxa de desemprego dessa categoria de trabalhadores. Na verdade, conforme pode ser visto na Tabela A.4.6 do Anexo Estatístico, não só a estrutura de “U invertido” do desemprego conforme o grau de escolaridade, já observada no início da década anterior, manteve-se inalterada,⁵ mas também a força de trabalho com menos instrução experimentou um crescimento na taxa de desemprego inferior ao agregado em termos absolutos e proporcionais. Na verdade, as pessoas com baixa instrução basicamente “deixaram” o mercado de trabalho nos últimos tempos: enquanto a taxa de participação agregada passou de 61% em 1991 para 56,5% em 2001, para os menos escolarizados a queda foi superior a 11 pontos percentuais — de 53,6% para 42,3%, respectivamente (ver Tabela A.1.9, no Anexo Estatístico).

Por certo o fato de que as coortes mais jovens tendem a permanecer mais tempo nos

bancos escolares e ingressar mais tarde na força de trabalho ajuda a entender, em parte, esse fenômeno. Mas não há dúvidas, todavia, de que esse movimento é insuficiente para explicar a intensidade do processo de abandono da força de trabalho dos menos escolarizados. Uma das explicações alternativas comumente aventadas por especialistas e pela mídia é que esses trabalhadores, cientes das dificuldades crescentes para conseguir colocação no mercado de trabalho, além da baixa remuneração em caso de sucesso, optam por permanecer em casa, seja por terem um uso mais produtivo do seu tempo para o bem-estar da família desempenhando atividades domésticas do que indo ao mercado, seja simplesmente por contarem com uma rede de amparo familiar.

Na ausência de um entendimento maior a respeito das razões que levaram a esta retirada, torna-se válida a alternativa de analisar eventuais mudanças no perfil daqueles que

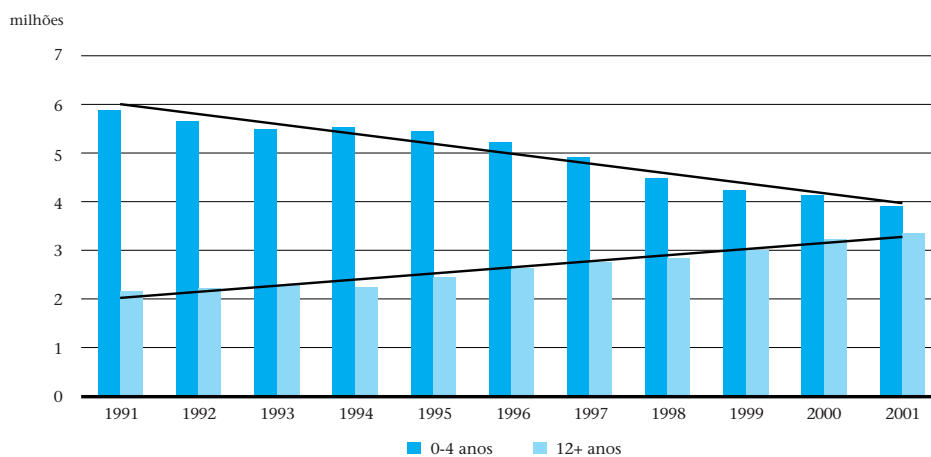
2. Os números absolutos utilizados para 2000 e 2001 neste gráfico não são aqueles mostrados no Apêndice, que já estão (esses últimos) corrigidos de acordo com os resultados do Censo de 2000 para as populações das seis regiões metropolitanas (em vez das estimativas antes utilizadas). Optamos por manter os números originais em prol da comparabilidade. De qualquer maneira as diferenças são pequenas, da ordem de 1%.

3. A razão de trabalhar com a média mensal de 2001, e não com os dados do início de 2002, é que com isso os efeitos sazonais são neutralizados, tendo em vista que assim o ano inteiro é considerado.

4. Ainda no Gráfico 5, é possível ver que o grupo com alguma instrução superior cresceu em torno de 1,2 milhão de trabalhadores, enquanto uma consulta ao Anexo Estatístico revela que o grupo com instrução secundária ocupou quase 3 milhões de postos de trabalho a mais.

5. A única alteração é que o grupo mais afetado deixou de ser aquele com 5 a 8 anos completos de estudo e passou a ser aquele com instrução secundária.

GRÁFICO 5
NÍVEL DE OCUPAÇÃO METROPOLITANA POR ESCOLARIDADE



CARACTERÍSTICAS DOS TRABALHADORES DE BAIXA ESCOLARIDADE (%)

CARACTERÍSTICA		CLASSE	1991	2001
PEA	IDADE	15-24 anos	17,9	9,0
		25-49 anos	60,6	58,9
		50+ anos	21,5	32,1
	POSIÇÃO NA FAMÍLIA	Chefe	57,4	63,7
		Não-chefe	42,6	36,3
OCUPADOS	POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	Formal (CC)	46,8	36,7
		Informal	49,6	60,5
		Outros	3,7	2,8

Fonte: BMT, a partir dos dados da PME/IBGE.

permaneceram na força de trabalho, ou, em particular, do subconjunto que detém uma ocupação. Algumas informações relativas aos que estão no mercado de trabalho são mostradas na tabela acima.

A hipótese de que a diminuição da presença da população menos escolarizada na força de trabalho (PEA) se deve à combinação de maior escolaridade das coortes mais jovens em conjunto com um envelhecimento da PEA⁶ encontra algum respaldo, na medida em que só aqueles na faixa de 50 ou mais anos de idade ganharam participação nesse grupo. Da mesma forma, parece haver também indícios de suporte à explicação alternativa, haja vista que a participação dos membros secundários (não-chefes) nesse grupo diminuiu. Por fim, houve um grande aumento na informalidade dos vínculos empregatícios dos trabalhadores de baixa escolaridade que têm ocupação, em ritmo mais intenso do que para o mercado de trabalho como um todo.

Uma compreensão melhor do que está se passando com esse segmento da força de trabalho é importante para que se possa avaliar a oportunidade de uma atenção especial a essas pessoas. De fato, se o trânsito desse segmento para a inatividade se deve ao seu envelhecimento, isso não configura nenhum problema, sendo o resultado natural do processo de aumento da escolarização por que passa a sociedade brasileira. Mas, caso o decréscimo dessa parcela na PEA seja um produto de dificuldades crescentes para o exercício de uma ocupação, aí cabe pensar que tipo de recursos do sistema público de em-

prego (intermediação e qualificação da mão-de-obra) pode ser mobilizado para apoiar a sua inserção profissional. Ou, em esferas que transcendem o mercado de trabalho, conceber políticas compensatórias, além de focar nesse grupo as já existentes e aquelas em gestação (renda mínima, assistência social...), de forma a construir uma rede de proteção social eficiente.

6. Vale ressaltar que, conforme pode ser visto na Tabela A.1.8 no Anexo Estatístico, a taxa de participação da faixa etária de 15 a 24 anos de idade é menor que a média e, para o grupo de 15-17 anos em particular, ela vem caindo de forma acentuada nos últimos tempos.

